

Plano de Ação para Alcance da Maturidade na Governança da Estratégia					
Órgão:	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL				
Recomendações do CJF			Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável	
Dimensão 1 – Estrutura e funcionamento da Rede de Governança					
Envolver parceiros externos (MP, OAB, Associação de Classe, Defensoria, cidadão etc.) que tenham interesse em contribuir efetivamente para a melhoria do funcionamento do sistema de justiça, criando-se um canal de participação que permita a coleta de sugestões sobre como aprimorar a prestação dos serviços da Justiça Federal.	Realização do evento II Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, com participação dos seguintes parceiros externos: OAB, AJUFE, MP, INSS. Da Justiça Federal participarão, além dos presidentes, corregedores regionais, assessores de gestão estratégica, representantes da área de orçamento e coordenadores dos Juizados Especiais Federais.	5%	ago/17	SG	
Ao elaborar o plano orçamentário, o órgão deve solicitar aos responsáveis pela execução da estratégia um plano de custos (aquisições e contratações) detalhado para a consecução das iniciativas estratégicas, de modo a incluir todas essas despesas no plano orçamentário do órgão.	Realizar mapeamento do processo de trabalho referente à inclusão dos custos das iniciativas estratégicas no plano orçamentário do órgão.	20%	ago/17	SEG/SAD	
Criação de um canal efetivo de participação que permita a coleta de sugestões sobre como aprimorar a prestação dos serviços da Justiça Federal.	Planejar a pesquisa de satisfação dos usuários da Justiça Federal, prevista para ser realizada em 2017.		dez/17	ASESP-IGI	
Dimensão 2 - Gestão de Pessoas e da informação					
Medidas para adequar o quantitativo de pessoal à demanda (por exemplo, por meio da técnica do Quadro de Distribuição de Trabalho - QDT), com a identificação da situação de disponibilidade dos sistemas informatizados, das não conformidades existentes nos processos de trabalho, dos gaps de capacitação. Tudo isso com vistas à elaboração do Quadro de Lotação de Pessoal - QLP das unidades, que permita servir de referencial à distribuição da força de trabalho, a partir dos recursos humanos disponíveis. Recomenda-se, ainda, comunicar a situação (excesso ou carência em relação ao QLP) da unidade à administração superior, para eventual movimentação de pessoal/relocação.	Elaboração da minuta (fixando a lotação dos cargos efetivos do CJF, por unidade). Encaminhamento da minuta aos gestores do CJF, para validação dos quantitativos. Validação pelos gestores do anexo, contendo quantitativos. Elaboração de informação, submetendo o processo à Diretoria-Geral, juntamente com a minuta de norma sobre movimentação de pessoal. Elaborar minuta de norma que estabelecerá parâmetros mínimos para a lotação inicial de servidores e movimentação de pessoal, bem como orientará à Administração e aos gestores quanto à alocação prioritária de recursos humanos para a execução das iniciativas estratégicas. Elaboração de informação, submetendo o processo à Diretora-Geral, para apreciação.	29%	mai/17	SGP/DG	
Realizar ações educacionais, visando capacitar magistrados e servidores em gestão de riscos de processos de trabalho e controles internos administrativos.	Para externos, foi autorizado curso em EAD Planejamento, Governança e Riscos Corporativos (STF) - 150 vagas 110 servidores e 40 magistrados. Para os servidores do CJF, projeto Governança Gerencial.	10%	out/17	CEJ	
Desenvolver ação permanente de capacitação dirigida a magistrados e servidores, com foco na gestão de riscos de projetos.	Diagnóstico sobre a demanda de cursos de gerenciamento de projetos na Justiça Federal. Posteriormente, será planejada a ação.	15%	dez/17	SEGESP/SEG	
Incrementar os processos de trabalho e os sistemas eletrônicos para permitir a classificação e a recuperação da informação judicial relativa aos grandes demandantes e às demandas repetitivas, de modo a garantir a prontidão (disponibilidade on line) de informações confiáveis relativas à demanda seriada e aos litigantes mais recorrentes.					

Recomendações do CJF			Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
Rever o PDTI, com vistas a garantir que os investimentos em tecnologia da informação privilegiem o alcance das metas e objetivos estratégicos.	Adequação do PDTI	100%		STI
	Aprovação do PETI pelo Colegiado.	80%	ago/17	STI
	Realização de pesquisa nacional quanto à defasagem tecnológica nas áreas técnicas de edificação e a realização de uma licitação desses equipamentos, bem como dos softwares, de forma centralizada no CJF.	80%	dez/17	SAE
Complementação do plano de treinamento de modo a serem identificadas todas as necessidades de capacitação gerencial e técnicas essenciais ao cumprimento dos objetivos, metas e iniciativas definidas na estratégia.	Projeto Gestão por Competências Governança Gerencial		dez/18	CEJ
	Curso de pesquisa de Jurisprudência/Curso de admissibilidade jurisprudencial da TNU. (Serão 5 cursos presenciais para atender as 5 regiões).		jun/17	CEJ/TNU
	Sustentabilidade - 2ª turma		dez/17	CEJ
	Curso aprofundado de Sustentabilidade Pesquisa das demandas repetitivas e grandes litigantes		dez/18	CEJ
A aplicação periódica de pesquisas de Clima Organizacional, que envolvam parte significativa do quadro de servidores e magistrados, com a definição de medidas de melhoria.	Questionário em elaboração.	Primeira fase 42%	Prazo: 30/06/2017 para finalização do instrumento de pesquisa.	SGP
Dimensão 3 – Execução da estratégia – melhoria, inovação e controle				
Verificar a conveniência e a oportunidade de destinar função comissionada ou cargo em comissão a serem ocupadas por servidores que atuem como gerentes de projetos nacionais ou regionais.	Em havendo funções comissionadas passíveis de ocupação, dar preferência para que sejam designados gestores ou gerentes de projetos estratégicos.		Contínuo.	SGP/DG
Avaliação dos contratos de terceirizados, identificando eventual possibilidade de redução de postos de trabalho; avaliação dos itens de almoxarifado, com vistas a eliminar ou reduzir aquisições desnecessárias; padronização nas aquisições de móveis e materiais permanentes; avaliação da frota de veículos, verificando a possibilidade de redução, desfazendo-se daqueles de manutenção elevada, buscando o uso compartilhado, sempre que possível; capacitação da equipe de compras em pesquisa de preços; definição de critérios e priorização para novas obras e reformas; definição de critérios para lotação de pessoal, com identificação de prioridades; medidas para economia de água, luz e telefone, entre outras julgadas pertinentes.	Definição do modelo de plano de contratações do CJF. No Plano, após incluídas as demandas de contratações de todas as áreas do órgão, serão aplicados critérios para a priorização, a ser realizada pelo CGI.		dez/17	SAD
Identificação e a publicação da cadeia de valor da organização, com a explicitação da sequência lógica em que os macroprocessos de trabalho que delineiam e definem a razão de ser do órgão ocorrem.	Aprovada - aguardando a publicação	100%		SUMOG/SEG
Garantir o pessoal necessário para o desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas e alcance de metas.	Elaborar minuta de norma que estabelecerá parâmetros mínimos para a lotação inicial de servidores e movimentação de pessoal, bem como orientará à Administração e aos gestores quanto à alocação prioritária de recursos humanos para a execução das iniciativas estratégicas.	29%	mai/17	SGP/DG

Recomendações do CJF			Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
Criar ambiente de trabalho que estimule o aproveitamento da inteligência coletiva, a geração de ideias (brainstorming), a troca de experiência entre organizações (benchmarking), a realização de encontros voltados para inovação, o uso de metodologias (design thinking, lean, etc.), o registro de lições aprendidas, a montagem de comunidades de práticas, a divulgação de ações inovadoras e outras medidas que permitam disseminar a cultura da inovação e a busca de seus resultados.	Laboratório de Inovação da Justiça Federal (iLab-JF). Realizada reuniões de (4 Secretarias) e evento INOVAGOV. Primeira reunião realizada com presença de X áreas. Participação em Reunião de Rede InovaGov, no dia xx/xx/xx. Nova reunião será marcada para formalização. Concurso de dashboards?	25%	dez/17	ASESP-IGI
Definição de critérios para execução de obras, de modo a garantir que aquelas de maior impacto sob o alcance de objetivos, metas e iniciativas estratégicas tenham precedência em relação às demais.	Aprovação e execução do Plano Estratégico de Edificações		2017	SAE
Imediata implementação do gerenciamento de riscos em relação aos processos críticos de trabalho.	Identificação e monitoramento dos riscos nos processos de trabalho críticos vinculados à atividade sistêmica de gestão orçamentária, gestão de pessoas e gestão de tecnologia da informação.		Contínuo.	SCI/SPO/SGP/STI/SEG
	A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada pelo Colegiado.	30%	Contínuo.	SUMOG/SEG
Dimensão 4 – Monitoramento e avaliação da estratégia				
Na última reunião do ano em que se fizer a análise da estratégia, seja incluída na pauta a avaliação de fatores externos, tais como alterações legislativas, restrições orçamentárias, inovações procedimentais e/ou novos projetos, reclamações de usuários ou qualquer outro fator que possa interferir positiva ou negativamente na estratégia e que não foi considerado quando de sua elaboração ou última revisão.	Inclusão da análise nas pautas do CGI.		Contínuo.	SEG/SG
Desenvolvimento de aplicação informatizada que permita a extração automática de dados dos sistemas de informação do órgão.			dez/17	SEG
Dimensão 5 – Comunicação, relacionamento institucional e transparência				
Realização de evento anual, de caráter prático, com a participação das lideranças do órgão (presidente, corregedor, diretor da escola de formação de magistrados, diretores de foros, secretários, assessores-chefes e outras autoridades essenciais à gestão da Justiça), com vistas a avaliar situação das metas, projetos e iniciativas de impacto na execução da estratégia.	Realização do evento II Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal		ago/17	SEG/SG
Realização periódica de pesquisa de satisfação para identificação e tratamento de sugestões, críticas e elogios em relação à prestação dos serviços jurisdicionais. A adoção dessa prática deve permitir a melhoria dos serviços prestados.	Pesquisa em elaboração, as propostas serão encaminhadas para análise da SG e DG.		dez/17	SEG/SG